



1 **CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

1 **Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 14/08/2020**

2 Ao dia quatorze do mês de agosto de 2020, às 13h30, via videoconferência disponível
3 em <conferencia.pr.gov.br/COPED>, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho
4 Permanente de Direito Humanos do Paraná - COPED. Fizeram-se presentes os(as)
5 **Conselheiros(as) Titulares Governamentais:** Anderson Rodrigues Ferreira (OAB),
6 Aurélio Munhoz (AMP), Georgia W. Settanni (TJPR); **Conselheiros(as) Suplentes**
7 **Governamentais:** Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF), Maria Nysa Moreira Nanni (SESP);
8 **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Pedroso Lopes (APP), José
9 Wilson de Souza (Trilhas de Afeto), Rute Regina Alves (ACTEP-Maringá), Amanda
10 Peçanha Teixeira Vaz (União Brasileira de Mulheres), Marcel Jeronymo Lima Oliveira
11 (Grupo Dignidade), Jucimeri Isolda Silveira (CRESS), Edna Aparecida Sarro Siqueira
12 (Comunidade Bom Pastor de Nova Esperança); **Conselheiros(as) Suplentes da**
13 **Sociedade Civil Organizada:** Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado),
14 Diego Henrique da Silva (Parafuso Educomunicação), Leonildo José Monteiro Filho
15 (Movimento Nacional da População em Situação de Rua), Silvana Moreira Dantas
16 (SINDARSPEN), Walelska Emília Fernandes Figueiras (SINDIJOR); **Convidados(as)/**
17 **Observadores(as):** Isabela Perotti (Mandato Goura), Roselene Sonda (CAOP - MPPR)
18 e Thais Diniz (ALEP). Na parte, deu-se andamento ao ponto 1 da pauta, ocorrendo a
19 reunião das Comissões. No período da tarde, por sua vez, o Conselheiro e Vice
20 Presidente Clau Lopes deu as boas vindas a todos e todas. **2. Aprovação da pauta:** A
21 conselheira Ana promoveu a leitura dos pontos de pauta. Após, abriu aos Conselheiros
22 e Conselheiras a possibilidade de inclusão de novos pontos de pauta. O conselheiro
23 Diego informou que na reunião das comissões foi discutido o ponto A do item 7 (GT de
24 Educação em período de pandemia). **3. Aprovação das atas (nov e dez/19 e março,**



6

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

25 **junho e jul/2020):** A conselheira Ana questiona se algum Conselheiro ou Conselheira
26 tem alguma sugestão ou correção das atas apresentadas. O conselheiro Diego informa
27 que enviou suas sugestões previamente por e-mail. A conselheira Ana informa que a
28 colaboradora Isabela Perotti havia informado que em alguma ata, ela constava falando
29 na reunião, mas não constava na lista de presença, o que, segundo a conselheira Ana,
30 já foi corrigido. Como ainda não haviam todos os presentes para a discussão sobre o
31 ponto de pauta Diálogo com Secretarias de Estado sobre LOA 2021, o ponto de pauta
32 Informes da Secretaria Executiva foi adiantado. **4. Informes da Secretaria Executiva –**
33 **a. Conselheiros(as) faltantes:** A conselheira Ana exibiu o controle de presenças do
34 Conselho, informando que a ALEP não tem participado, entretanto, a assessoria tem
35 participado as reuniões. A SEDS não tem participado das reuniões. O conselheiro
36 Diego questiona a presença do conselheiro Mauro Rockenbach que ainda não
37 participou de nenhuma reunião. A conselheira Ana informa que a presença foi
38 contabilizada pela instituição, que anteriormente era representada pelo conselheiro
39 Antonio Devechi. O conselheiro Aurélio questiona se é possível realizar algum
40 procedimento com os Conselheiros e Conselheiras com ausências consecutivas. A
41 conselheira Ana e o conselheiro Anderson informam que sim, é possível oficializar os
42 ausentes pedindo suas substituições. A conselheira Ana deu continuidade à leitura do
43 controle de presenças. Após isso, pergunta aos Conselheiros e Conselheiras se o
44 Coletivo Falange Feminista pode ser oficiado quanto às ausências. Quanto aos pedidos
45 de renúncia da Coletivo Falange Feminista, Rede Pontes e Unidade Sarandiense pela
46 Igualdade Racial, os pedidos foram enviados sem assinatura e, por isso, não foram
47 protocolados. O conselheiro Anderson sugere que os pedidos sejam aceitos da mesma
48 forma e sugere que os e-mails enviados sejam anexados juntamente para representar
49 a identificação das partes. O conselheiro Diego sugere como propostas de
50 encaminhamento que seja enviado o controle de presença para todos os Conselheiros

7
8
9
10



11

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

51 e Conselheiras para informá-los da quantidade de ausências e requisitando suas
52 respectivas justificativas. Com relação às entidades suplentes que estouraram os
53 números de faltas, o conselheiro questiona se, como entidades suplentes, não
54 possuem flexibilidade na contagem das faltas. A conselheira Ana informa que, no caso
55 das entidades citadas, foram elas que requisitaram o desligamento. O conselheiro
56 Diego propõe que seja realizado um diálogo com as entidades suplentes para entender
57 melhor esse pedido. A colaboradora Karollyne informa que, como essa informação
58 consta no regimento interno, o mesmo deve ser seguido. A conselheira Ana informa
59 que a União Sarandiense seria a próxima entidade para substituir o Coletivo Falange
60 Feminista, porém, como ela pediu a renúncia, sendo assim, entraria a próxima
61 entidade. A conselheira Ana propõe o encaminhamento de protocolo acerca das
62 entidades que pediram a renúncia, para que sejam afastadas (Coletivo Falange
63 Feminista, Rede Pontes e Unidade Sarandiense). O conselheiro Diego se coloca
64 contrário ao afastamento da Rede Pontes. Finalizando o item de ponto de pauta,
65 propõe o envio uma minuta de ofício à SEDS para substituição da representação.
66 Todos os conselheiros e conselheiras se mostraram de acordo. Retornando o
67 encaminhamento do conselheiro Diego, Ana pergunta se os conselheiros e
68 conselheiras concordam com o envio de um e-mail geral requisitando as justificativas
69 de ausências de reuniões passadas. A conselheira Waleiska discorda deste
70 encaminhamento, pois acredita que as ausências já foram computadas e não faz
71 sentido que o próprio Conselho precise pleitear por justificativas não enviadas, afinal, é
72 uma responsabilidade das próprias entidades. A colaboradora Karollyne indica que o
73 próprio regimento interno delimita o prazo do envio das justificativas. A conselheira Ana
74 leu trechos do regimento interno sobre as ausências e o prazo de envio das
75 justificativas e, no caso delas, devem ser enviadas em até 5 dias úteis após a reunião.
76 O conselheiro Diego questiona se as entidades governamentais podem ser afastados

12
13
14
15



16

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

77 com as repetidas ausências, assim como as entidades civis, como por exemplo, o
78 Presidente do COPED. Ademais, sugere que o mesmo seja oficiado. O vice-presidente
79 Clau concorda com este encaminhamento. O presidente Clau acredita que o debate
80 realizado foi importante, inclusive, para o futuro do Conselho. Restou aprovado o
81 afastamento das entidades que enviaram pedidos nesse sentido. **b. Documentos**
82 **recebidos:** A conselheira Ana informa sobre os documentos recebidos pelo COPED:
83 Afastamento da conselheira Rute do GT de Acompanhamento da Educação, o que não
84 foi aceito pelo GT, como também, questiona se é possível incluir um novo prazo de 15
85 dias para a SESA para responder o protocolado sobre fornecimento de equipamentos
86 de proteção individual. A concessão do prazo foi aprovada. Dando continuidade,
87 informou que criou um controle dos protocolos recebidos pelo COPED e que enviará
88 protocolos às Coordenações das Comissões para que apontem os encaminhamentos a
89 serem adotados, o que foi aceito pelos Conselheiros e Conselheiras. Finalizado os
90 informes, Ana questiona se os conselheiros e conselheiras gostariam de elaborar um
91 calendário das comissões, para evitar que haja conflito entre horários e dias. Ana
92 propõe que cada comissão formalize seu próprio calendário de reuniões, o que foi
93 aceito pelo pleno. O próximo ponto de pauta, que seria “Diálogo com Secretarias de
94 Estado sobre LOA 2021”, ainda não pode ser iniciado, pois, as representações ainda
95 não compareceram na reunião. O horário agendado era 14 horas e, até às 14:30, não
96 estavam presentes. A conselheira Ana pergunta se o pleno gostaria de realizar algum
97 encaminhamento quanto a essa ausência. Como proposta de encaminhamento, Ana
98 questiona se não seria o caso de ser agendada uma reunião extraordinária para
99 debater o assunto. A representante da SEJUF entrou em contato e informou que não
100 estava conseguindo acessar a plataforma. A conselheira Ana informa que, como foi
101 requisitado anteriormente uma agenda com o Secretário, a reunião foi agendada para o
102 dia 20/08, participando da mesma os Conselheiros e Conselheiras indicadas em

17
18
19
20



21

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

103 reunião anterior. Com relação ao ponto de pauta “Diálogo com Secretarias de Estado
104 sobre LOA 2021”, ficou acordado como proposta de encaminhamento o agendamento
105 de uma reunião extraordinária em conjunto com as respectivas secretarias para discutir
106 a LOA, para o dia 28 de agosto. **5. Relato e aprovação dos encaminhamentos das**
107 **Comissões; a. Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas,**
108 **Educação em Direitos Humanos e Direito Humano à Comunicação:** Reforma do
109 regimento interno – O conselheiro Diego informa que foi realizada a leitura do
110 regimento interno e foram construídas algumas alterações em conjunto e, informa que
111 pode compartilhar este documento com os demais conselheiros e conselheiras, pois,
112 não há quórum qualificado para aprovação do mesmo neste encontro. Também informa
113 que o conselheiro Anderson participou da construção. A conselheira Ana informa que
114 há doze membros do Conselho e, portanto, há quórum. O conselheiro Marcel sugere
115 como encaminhamento que essa discussão seja realizada em próxima reunião
116 ordinária. O vice-presidente Clau concorda com o encaminhamento. Capacidade de
117 atendimento da DPE – O conselheiro Diego informa que não tiveram tempo hábil para
118 discutir essa pauta. Ampliação da participação de Conselheiros(as) Titulares e
119 Suplentes do COPED – O conselheiro Diego informa que esse ponto diz respeito a
120 novas adoções orçamentárias por parte da SEJUF para contribuir de forma mais ampla
121 para a presença dos conselheiros e conselheiras, como por exemplo, realizando
122 pagamento de refeições, estacionamento, etc. Ademais, informa que a resposta
123 enviada pelo GOFs não contempla todas as questões. Ana informa que, no mesmo
124 protocolado, não foram solicitadas informações sobre o custeio de conselheiros(as)
125 residentes em Curitiba. Como encaminhamento, fica indicada a necessidade dos(as)
126 conselheiros(as) Amanda, Anderson e Diego discutirem e proporem encaminhamentos
127 em relação à questão, conforme já se havia previamente deliberado. Orçamento para
128 ações do COPED em 2021 – O orçamento e planejamento estratégico será

22
23
24
25



26

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

129 apresentado ao Secretário Mauro Rockenbach, exibindo os 44 pontos gerais de
130 atuação e, caso não seja possível atendê-los, focar nos 15 pontos prioritários. Será
131 importante nessa reunião também ter uma noção de valores que o COPED terá
132 disponível. Antes da reunião, o conselheiro Diego sugere que seja enviado um ofício ao
133 Secretário para adiantar as discussões que serão realizadas. Ademais, frisa a
134 importância do áudio da reunião ser gravado e disponibilizado aos demais conselheiros
135 e conselheiras. A conselheira Ana informa que no ofício enviado para agendamento da
136 reunião, os pontos prioritários já estavam incluídos. Como não há pedido de uma
137 resposta oficial no ofício, ficou deliberado o envio de novo ofício antes da reunião
138 requisitando uma resposta. Dando continuidade, Diego informa sobre outros pontos de
139 pauta que não estavam incluídos na pauta oficial, mas foram discutidos. Informa sobre
140 alguns documentos que acreditam ser pertinentes o COPED se manifestar em
141 conjunto. Primeiramente, informa sobre o COPED apoiar uma nota construída pelo
142 Fórum Popular Paranaense de Educação. O vice-presidente Clau informa que, no
143 debate da Comissão, foram sugeridas algumas alterações e encaminhadas aos
144 construtores da nota. O conselheiro Marcel sugere que o documento seja
145 compartilhado para que, caso algum conselheiro(as) tenha sugestões, possa incluí-las.
146 O vice-presidente Clau informa que o documento será enviado no grupo do Whats'App.
147 Ademais, sugere que essa carta seja publicizada no site da SEJUF e nas redes sociais
148 do COPED. A conselheira Ana votou de modo contrário à adesão da carta e a
149 publicização da mesma. O conselheiro Diego informa sobre a apreciação de minuta de
150 ofício acerca de medidas para atenção e profissionais de educação que adoeceram
151 durante a pandemia; O vice-presidente Clau informa sobre um ofício que foi elaborado
152 pela comissão que trata deste assunto e será enviado a Secretaria de Administração
153 Pública. A conselheira Ana votou de modo contrário a esse envio. O conselheiro Diego
154 indica que também foi discutido na reunião da comissão, o COPED se manifestar em

27
28
29
30



31

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

155 conjunto ao CNDH na carta produzida pelo mesmo. A conselheira Ana se abstêm. O
156 conselheiro Anderson se declara favorável. O vice-presidente Clau se declara
157 favorável. Com relação à Minuta de Recomendação elaborada pelo GT de
158 Acompanhamento de Educação em tempos de pandemia, a conselheira Ana declara
159 abstenção. O vice-presidente Clau, a conselheira Edna, a conselheira Maria Nysa, o
160 conselheiro Diego e o conselheiro Anderson se mostram favoráveis. Registre-se que,
161 quando do debate da Recomendação no GT de Acompanhamento da Educação, o
162 Defensor Público Bruno (NUDIJ DPPR) se absteve da votação. A conselheira Ana
163 sugere que seja publicada nova composição do GT e, os demais conselheiros e
164 conselheiras concordaram com a questão. Implementação de Lei Aldir Blanc (auxílio
165 emergencial da cultura) no Estado do Paraná – o conselheiro Diego informa que
166 existem prazos para execução dos recursos que são disponibilizados e que, 120 dias
167 depois, caso não sejam utilizados, eles retornam à União. O vice-presidente Clau
168 informa que mais detalhes sobre isso podem ser informados no grupo de Whats'App.
169 Como proposta de encaminhamento, a comissão irá construir em conjunto com os
170 agentes culturais (Coletivo Coragem) uma minuta de ofício que irá enviar ao Governo
171 do Estado sugestões a serem tomadas. A conselheira Rute pergunta se foi informado o
172 valor total destinado à implementação da lei. O conselheiro Diego informa que não há
173 detalhamento total. A conselheira Ana registra sua abstenção quanto a proposta de
174 encaminhamento. O conselheiro Aurélio informa uma sugestão para a carta, para
175 alterá-la no sentido de que nem todos os Prefeitos do Estado do Paraná concordam
176 com a volta às aulas e nem todos estão alinhados com o Governo Bolsonaro e o
177 Governo Ratinho. Todos os demais encaminhamentos sugeridos pela Comissão foram
178 aprovados. **b. Comissão de Vulneráveis e Vulnerados(as):** LGTBfobia na mídia – A
179 conselheira Rute informa que será agendada uma reunião para discussão dessa
180 temática. Demora no atendimento das necessidades da população indígena da aldeia

32
33
34
35



36

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

181 Tekoa Takoaty - NUCRIA Paranaguá – a Conselheira Maria Nysa informa que os
182 pedidos são bem antigos e, até o momento, a energia elétrica ainda não foi fornecida e
183 o trapiche não foi construído. A FUNAI deveria cumprir determinadas responsabilidades
184 para que as questões da Aldeia sejam atendidas e, até o momento, não foram. A
185 conselheira Rute informa a proposta de encaminhamento da comissão, de elaboração
186 de ofícios a serem enviados à FUNAI e ao Ministério Público Federal, questionando os
187 motivos das questões ainda não serem atendidas. O conselheiro Marcel reitera a
188 proposta de encaminhamento e, além disso, sugere que seja enviado a essas duas
189 instituições um prazo de dez dias para resposta. Todos os conselheiros e conselheiras
190 concordaram com o encaminhamento. **c. Comissão de Acompanhamento dos**
191 **Sistemas de Privação de Liberdade:** A conselheira Waleiska informa que a comissão
192 entende que não é o momento adequado para iniciar ação civil pública, quanto a
193 questão das medidas preventivas do coronavírus nas penitenciárias não adotadas pelo
194 Estado. Pois, existe a possibilidade do Conselho ser excluído do Comitê do GMF,
195 portanto, seria mais estratégico continuar com os diálogos dentro deste Comitê, ao
196 invés de provocar o início da ação. A conselheira Silvana questiona se isso é motivo
197 suficiente para não iniciar a ação civil pública, tendo em vista que, mesmo dentro do
198 Comitê, o Conselho parece não ter voz e as respostas dadas geralmente são vagas. A
199 conselheira Waleiska informa a importância da participação do Conselho neste Comitê,
200 pois a possibilidade é inédita. A colaboradora Roselene não compreende a mudança
201 na postura de algo que havia sido deliberado em plenária e frisa a importância da ação
202 civil pública ser iniciada, tendo em vista que a situação nas penitenciárias se mantém a
203 mesma. A conselheira Waleiska informa que explicou sucintamente devido ao tempo
204 de fala, entretanto, irá expandir as explicações. Informa que recentemente o Conselho
205 assinou em conjunto uma carta com o Conselho da Comunidade, inclusive, enviando
206 sugestões a essa carta que foram adotadas. Entretanto, em vídeo divulgado pelo

37
38
39
40



41

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

207 Conselho da Comunidade, este solicita a mudança de chefia do DEPEN, inclusive
208 mencionando a adesão ao COPED à carta. No entanto, o COPED não havia sido
209 informado sobre a produção deste vídeo e não foi questionado sobre a mudança no
210 DEPEN. Então, posteriormente, a conselheira Waleiska sugeriu que fosse enviada uma
211 declaração ao Conselho da Comunidade para retirada do nome do COPED nesta carta.
212 Isto criou um clima ruim, segundo a mesma, no Comitê do GMF. Ademais, informa que
213 alguns encaminhamentos foram acelerados pela participação no grupo do GMF,
214 portanto, seria estratégico a continuidade no grupo. A conselheira Maria Nysa informa
215 que as situações são diferentes e que não necessariamente o Conselho foi
216 enfraquecido pelo vídeo e, a situação das penitenciárias precisa ser assistida e a ação
217 civil pública não poderia ser abandonada. A conselheira Silvana reitera que a ação civil
218 pública não pode ser deixada de lado pelas questões levantadas. O conselheiro Marcel
219 questiona se essa ação civil pública será colocada em suspensão, sendo temporário,
220 sendo assim, não abandonada, e poderá ser oficiado posteriormente, quando a
221 situação política estiver estabilizada. A conselheira Silvana concorda com a proposta
222 de encaminhamento do conselheiro Marcel. O conselheiro Aurélio acredita que a
223 proposta do conselheiro Marcel seja a mais adequada e que é necessário confiar nas
224 questões estratégicas sugeridas pela conselheira Waleiska e o conselheiro Anderson
225 que de fato participam do Comitê do GMF. O vice-presidente Clau questiona se alguém
226 tem contrariedade nas propostas de encaminhamento. Ninguém se pronunciou. Dando
227 continuidade ao relato da comissão, a conselheira Waleiska informa sobre a execução
228 de um servidor penitenciário que foi assassinado na frente da sua família. Como
229 proposta de encaminhamento, propõe a divulgação de uma nota solidariedade.
230 Ademais, sugere que a SESP seja oficiada, questionando quais foram as medidas
231 adotadas para evitar essa questão, tendo em vista que o servidor já havia informado a
232 SESP das ameaças que vinha sofrendo. Outrossim, existe a necessidade de saber

42
43
44
45



46

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

233 quais medidas estão sendo adotado para a prevenção desses casos. A conselheira
234 Ana registra sua abstenção ao encaminhamento, o qual é aprovado pelos demais,
235 ficando a elaboração da nota e da minuta de ofício à SESP sob responsabilidade da
236 Comissão. Continuando o relato, a conselheira Walesika informa que a SESP irá
237 transferir 48 cadeias públicas ao DEPEN. E, como proposta de encaminhamento,
238 sugere que a SESP seja questionada qual o planejamento que será adotado pela
239 SESP para executá-lo. O conselheiro Marcel concorda e acha essencial esse
240 encaminhamento, tendo em vista a atual situação. A conselheira Ana registra sua
241 abstenção na proposta de encaminhamento. A conselheira Silvana propõe outro
242 encaminhamento para enviar a SESP, com relação a escoltas de presos em hospitais,
243 pois, agentes penitenciários estão acompanhando os presos e, inclusive, dormindo nos
244 hospitais. Ademais, informa que essa responsabilidade é da Polícia Militar, e não do
245 Departamento Penitenciário. Pois, além de não ter equipe suficiente, ainda coloca em
246 riscos todo o Departamento por esse contato, tendo em vista que o mesmo agente
247 acaba retornando à unidade logo após o acompanhamento da custódia. O conselheiro
248 marcel sugere um outro ofício, para questionar o SESP porque os benefícios da Polícia
249 Militar não se aplicam aos demais agentes, sendo que eles são aplicados a agentes
250 que estão na linha de frente do combate ao COVID e o Departamento Penitenciário
251 não foi contemplado. O conselheiro Anderson sugere mais um ofício, com relação a
252 regulamentação do plano de carreira dos policiais penais. A Conselheira Ana registra
253 sua abstenção, mas os encaminhamentos são aprovados, ficando a elaboração das
254 minutas de ofício a cargo do Conselheiro Marcel e da Conselheira Silvana. **d.**
255 **Comissão de Denúncias:** A conselheira Ana informa que não teve reunião, pois os
256 encaminhamentos foram realizados por e-mail. Informando sobre o caso, comenta
257 sobre um senhor que foi agredido pela Guarda Municipal depois de entrar com um
258 pedido de usucapião contra a Prefeitura de Curitiba. Atualmente ele está morando em

47
48
49
50



51

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

259 um barraco feito de madeira de guarda-roupa e, além disso, está sem água no local.
260 Como proposta de encaminhamento, Ana propõe ofício para a Polícia Militar,
261 questionando o motivo dela não ter escoltado a Sanepar para realizar o religamento da
262 água, conforme já determinado pelo judiciário em ação própria; Ofício para a FAS
263 questionando sobre o auxílio; e Ofício para a Guarda Municipal com relação à
264 destruição da casa da vítima pelos Guardas. Ademais, uma outra denúncia foi com
265 relação à medida de proteção de vítima requisitado(a) por um(a) denunciante, sendo
266 assim, será enviado um ofício ao Comitê do PROVITA. As propostas de
267 encaminhamento foram aprovadas. **e. Comissão da População em Situação de Rua.**
268 O conselheiro Marcel informa que essa comissão já tem data marcada para nova
269 reunião, não havendo informes nesse momento. **7. Relato e aprovação dos**
270 **encaminhamentos dos Grupos de Trabalho – a. GT de Educação em período de**
271 **pandemia:** as deliberações já foram discutidas e aprovadas no âmbito dos informes da
272 Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas, Educação em Direitos
273 Humanos e Direito Humano à Comunicação. **b. GT da Cartilha de Enfrentamento às**
274 **Violações de Direitos Humanos:** O conselheiro Diego informa que foram realizadas
275 três reuniões para discussão da cartilha. Foi pré-definido uma lista de grupos
276 (segmentos sociais) que precisam ser incluídos na cartilha, como também foi discutida
277 algumas temáticas específicas que precisam ser incluídas. Como deliberação do GT,
278 serão desenvolvidos 8 documentos no google drive contendo microcontos abrangendo
279 as temáticas. Após isso, a segunda fase será estabelecer um diálogo com outras
280 entidades para complementarem essas histórias, informando quais as ações que
281 poderão ser tomadas para as vítimas serem atendidas e buscarem seus direitos. Na
282 terceira parte, será realizada a diagramação das cartilhas e também buscar
283 possibilidades de ilustração da mesma. Roselene Sonda (assistente social do MPPR)
284 acrescenta que, após as duas primeiras fases da questão, a linguagem dos

52
53
54
55



56

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

285 microcontos e das ações que poderão ser tomadas, serão adequadas a uma linguagem
286 mais clara e acessível para a população. O conselheiro Aurélio acrescenta que deve
287 haver um planejamento amplo de divulgação deste material, para que alcance o
288 máximo possível de pessoas. A conselheira Ana parabeniza a coordenação do
289 conselheiro Diego no GT e propõe como encaminhamento que seja realizada uma
290 resolução para oficializar o GT. O Conselho concorda com a proposta. A colaboradora
291 Isabela Perotti informa que o mandato do Deputado Estadual e Conselheiro Goura
292 também vai apoiar a produção da cartilha. Por fim, o conselheiro Diego informa que
293 precisa se afastar por, aproximadamente, um mês e meio (45 dias) da coordenação do
294 GT e de algumas demandas do COPED devido a compromissos com o projeto de
295 dissertação do mestrado, destacando que isso não significa a saída da Parafuso
296 Educomunicação do envolvimento com as atividades de produção e diagramação da
297 Cartilha. Sendo assim, será necessário que seja substituído por outrem. O Conselho
298 entrou em acordo que essa definição pode ser adotada internamente pelo GT. O vice-
299 presidente Clau deu a reunião por encerrada. A presente ata foi lavrada por Matheus
300 Petris e corrigida pela servidora Ana Zaiczuk Raggio.

57
58
59
60